

Vitor Hirschbruch Schwartz

PIRRONISMO RADICAL E POLÍTICA

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em filosofia da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Filosofia.

Guarulhos

2022

Vitor Hirschbruch Schwartz

PIRRONISMO RADICAL E POLÍTICA

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em filosofia da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Filosofia.

Orientador:

Prof. Dr. Plínio Junqueira Smith

Guarulhos

2022

Schwartz, Vitor Hirschbruch

Pirronismo radical e política / Vitor Hirschbruch Schwartz. –
Guarulhos, 2022.

53 f

Orientador: Prof. Dr. Plínio Junqueira Smith

Dissertação de Mestrado em Filosofia - Universidade Federal de São
Paulo. Programa de pós-graduação em Filosofia.

1. Ceticismo. 2. Pirronismo. 3. Política.

Vitor Hirschbruch Schwartz

PIRRONISMO RADICAL E POLÍTICA

Presidente da Banca:

Prof(a). Dr(a).

Banca Examinadora:

Prof(a). Dr(a).

Prof(a). Dr(a).

Data de aprovação: / /

Dedicatória

Ao Vader, o Septimus

Agradecimentos

Agradeço sobretudo ao meu orientador, Prof. Dr. Plínio Junqueira Smith, com quem tive a honra de estudar desde o meu primeiro ano de faculdade, tendo sido um dos grandes protagonistas da minha formação intelectual e cujo apoio foi imprescindível para a conclusão desta dissertação. Agradeço enormemente também aos membros da minha banca de qualificação, Prof. Dr. Waldomiro José da Silva Filho e Prof. Dr. Luiz Antônio Alves Eva que, também, desde o início de minha formação filosófica, protagonizaram debates e ensinamentos que determinaram o rumo de minha jornada acadêmica e intelectual. Agradeço também à Aloha, Abigail e Clara, e aos colegas do grupo de estudos de Ceticismo da UNIFESP, que mantêm acesa a chama dos estudos pirrônicos.

*Ou o mundo se brasilifica, ou vira nazista.
J. Mautner*

Resumo

O conceito de *phainómenon* é a mais importante noção do pirronismo antigo para a compreensão do assim chamado “lado positivo” do ceticismo. Se a obra de Sexto Empírico ficou famosa pelo arsenal combativo que legou para os milênios subsequentes, filósofos contemporâneos que se autodenominaram neopirrônicos, como Porchat e Fogelin, inspiraram-se no fenomenismo cético para formularem suas posições filosóficas. Partindo de uma visão alternativa da relação do cético com “o que aparece”, a dissertação pretende mostrar como uma interpretação radical e que aponta para a enorme abrangência do escopo da suspensão do juízo cética pode abrir caminho para pensar a questão da ação política do filósofo pirrônico. Um pirrônico radical questiona a verdade de toda e qualquer proposição e não pode se furtar de, quando não frequentemente, eventualmente se posicionar sobre política, e o neopirronismo não pode se furtar de se perguntar sobre como se daria a relação entre uma filosofia sem opiniões e a inevitabilidade da ação política. A dissertação pretende oferecer um esboço das condições de possibilidade que tem um cético radical para exercer a atividade política a partir da sua eleição do *phainómenon* como critério de ação.

Palavras-chave: Ceticismo; Pirronismo; Política, Suspensão do Juízo

Abstract

The concept of *phainómenon* is the most important notion of ancient Pyrrhonism for the understanding of the so-called “positive side” of skepticism. If Sextus Empiricus' work was famous for the combative arsenal it bequeathed to subsequent millennia, it was on that concept that neo-Pyrrhonians, such as Porchat and Fogelin, inspired their philosophical positions. Starting from an alternative view of the skeptic's relationship with "that which appears", the dissertation intends to show how a radical interpretation, that points to the enormous scope of the skeptical suspension of judgment, can open an alternative way to think about the question of the skeptical philosopher's political action. A radical Pyrrhonist, who questions the truth of any and all propositions, still cannot avoid taking a stand on politics, and neo-Pyrrhonism cannot avoid the difficult relation between a philosophy without opinions, on the one hand, and the inevitability of the political life of its follower. The dissertation intends to offer an outline of the conditions of possibility of the political activity of a philosopher who has no criterion of truth and chooses the *phainómenon* as a criterion of action.

Keywords: Skepticism, Pyrrhonism, Politics, Suspension of judgment

Sumário

1. Introdução -----	10
2. Ponto de partida interpretativo -----	16
3. A figura do cético no dia a dia -----	37
4. A possibilidade de uma atividade política do cético-----	45
5. A vida intelectual do cético -----	50
6. Reflexões gerais sobre pirronismo e política -----	55
7. Encaminhando uma conclusão-----	61
8. Referências bibliográficas -----	64

1. Introdução

Pensar a vida prática de um filósofo cético não é tarefa fácil, e historicamente o ceticismo como escola filosófica sempre teve que enfrentar objeções que diziam respeito à viabilidade de agir mantendo-se fiel aos princípios do ceticismo. Quando abordamos a possibilidade de uma ação política por parte do cético, tal assunto se complexifica, já que estamos tratando de decisões complexas e ações fundamentadas para muito além das percepções ou dos instintos. Por isso, para começarmos a examinar como seria possível a ação política por parte de um filósofo pirrônico, é importante deixar claro qual a figura pirrônica aqui imaginada. O debate acadêmico acerca da interpretação do Pirronismo Antigo tem sido, nas últimas décadas, um dos assuntos mais estimulantes tanto nos estudos de História da Filosofia quanto nos de Epistemologia. Desde o artigo de Michael Frede “As crenças do cético”, de 1979, as mais diversas posições têm sido apresentadas sobre se o cético antigo possui ou não crenças (ceticismos urbano e rústico, respectivamente), e se uma vida sem crenças é ou não possível de ser vivida.

Mas em grande reviravolta e exercendo grande influência na exegese do ceticismo, Myles Burnyeat, ainda na década dos anos oitenta, questionou a interpretação fredeana, para quem o cético teria diversas crenças e o que mudaria seria apenas sua atitude em relação a elas, apresentando uma interpretação da obra de Sexto Empírico onde o ceticismo rústico predominaria: o cético alegaria não possuir crença alguma, o que dificultaria a possibilidade de se viver essa filosofia.

O debate exegético tem sido, nas décadas mais recentes, incrementado pelo fato de que o ceticismo tem sido adotado por filósofos contemporâneos como uma descrição de suas posições e afiliações, num interessante movimento de

renascimento do pirronismo grego como inspirador de posturas filosóficas contemporâneas. Como é natural, as mesmas objeções levantadas na Antiguidade contra o Pirronismo sintetizado por Sexto Empírico são resgatadas na oposição a esses céticos contemporâneos.

Nos últimos anos tenho defendido a coerência de uma interpretação rústica do pirronismo de Sexto Empírico que poderia, eventualmente, inspirar a adoção dessa postura filosófica por um contemporâneo. A afirmação cética de que segue aquilo que aparece (*tò phainómenon*) sem opinião me parece plenamente conciliável com uma vivência do cético em comunidade e inserido no debate político.

A influência secular do ceticismo sintetizado na Antiguidade por Sexto Empírico também motivou o interesse pela relação entre essa peculiar escola filosófica e a política. O fato dela ter florescido durante o Helenismo, um período marcado pela presença da Pólis e pela ascensão de Impérios, tem sido usado para justificar a escassez de referências que Sexto faz a temas políticos. De outro lado, a influência do ceticismo pirrônico no surgimento do pensamento moderno (bem documentada por Richard Popkin) e na querela entre protestantes e católicos por ocasião da Reforma, tem motivado interpretações que associariam o ceticismo a uma espécie de conservadorismo político, através da recusa que ele proporcionaria da confiança no uso da razão como norteadora tanto de reformas religiosas quanto de revoluções sociais.

Algumas dessas opiniões exegéticas e filosóficas sobre o ceticismo e sobre sua relação com a vida prática em geral, e com a Política em especial, serão abordadas nesta dissertação. Entretanto, o método aqui utilizado será, a partir de uma exposição do que eu penso ser o ceticismo radical e rústico presente na obra

de Sexto Empírico, refletir sobre a vida prática e política do ponto de vista cético, isto é, imaginar como seria possível discorrer sobre política mantendo-se fiel aos princípios antidogmáticos a nós legados pelo Pirronismo Grego.

A presente dissertação possui um caráter ousado e ensaístico – em que pesem as limitações da Academia para tal tipo de escrita, a pretensão aqui é apresentar um ceticismo radical *em movimento*: debatendo com classicistas e historiadores, de um lado, mas arriscando uma reflexão cética sobre a possibilidade de um pensamento político cético, de outro, de modo a exemplificar o que eu penso ser o alcance e o escopo da vida prática do pirrônico, orientada pelos “fenômenos” (*phainómena*).

Michael Frede, que inspirou leituras do ceticismo grego como as de Fogelin e Porchat que enfrentam menos problemas do que um ceticismo radicalmente rústico na explicitação da vida prática de um filósofo cético, termina seu famoso artigo mencionando o curioso Tratado de Artilharia de Heron. Ao que tudo indica, inspirado pela discussão tipicamente cética de antinomias e suas conseqüentes suspensões de juízo¹, curiosamente o autor anônimo do Tratado de Artilharia inicia seu texto com a ressalva de que pessoalmente pensa ser interminável a busca pela verdade e sabedoria no intuito de se encontrar a imperturbabilidade (a *ataraxía* almejada pelas escolas filosóficas da Antiguidade). É a *diaphonía anepíkritos* de que fala Sexto, a controvérsia interminável que leva os cétricos a uma filosofia de suspensão do juízo sobre tudo, já que não se consegue obter verdade alguma. O autor desconhecido

¹These are the introductory sentences to Hero's treatise on artillery. "The largest and most important part of philosophical activity is that which is devoted to peace of mind. Those who want to attain wisdom have carried out and, indeed, carry out to this very day a large number of investigations concerned with peace of mind. In fact, I believe that theoretical inquiry about this will never end. In the meantime, however, mechanics has progressed beyond the theoretical study of peace of mind, and it has taught all men, how, with the help of part of it—a very small part indeed—to live with peace of mind, I mean the part concerned with artillery." (Hero's *Belopoiika* ed. by H. Diels and Schramm; Abh. Preuss. Akad. d. Wiss., Berlin, 1918 in FREDE: 1979).

do Tratado, ironicamente, após afirmar que tal investigação teórica nunca vai acabar, diz que os progressos da Mecânica ultrapassaram esse estudo teórico de maneira a permitirem, pelo menos no que concerne à Artilharia, viver em tranquilidade.

Porchat, o maior cético brasileiro, se entusiasmava com a citação de Frede. Penso que ele via nela, em consonância com uma tendência que acompanhou diferentes fases de sua filosofia, uma ironia acerca da infundável investigação filosófica e uma ode à primazia da vida comum sobre a teoria filosófica: enquanto, por séculos, os filósofos não se mostraram capazes de concordar sobre uma verdade sequer, nas Ciências Militares a coisa vai muito bem e obrigado. A tranquilidade da alma propiciada pela artilharia, referida pela passagem do Tratado, estaria na paz que nos dá estudar um assunto onde não haja controvérsia, ou ainda na capacidade destruidora dos resultados desse mesmo estudo, levando o inimigo à paz eterna.

Não sei se o sentido que dava Porchat à passagem era fiel à intenção de Frede ao citá-lo, ainda que, por empatia mútua, ambos parecem ter sido *kindred spirits*². A leitura dos trabalhos de Frede sobre o ceticismo antigo teria ajudado Porchat na sua construção de uma postura filosófica neopirrônica, a partir de “Sobre o que Aparece” (1993). Talvez, para Frede, a passagem de Heron, antes de ser propriamente uma defesa da vida comum perante as inadequações dos filósofos, seja apenas para mostrar como alguém pode ter influência do ceticismo em suas reflexões filosóficas sem abandonar o uso da razão na vida prática e científica, na

² Em tradução: “espíritos afins”, para citar uma expressão que Burnyeat gostava referindo-se a Sexto e Moore. Tendo sido colegas de pós-doutorado em Berkeley em 1970, Porchat contava que, em seminário sobre Aristóteles liderado por Benson Mates, ambos costumavam concordar nas observações e interpretações.

qual ela daria frutos. Desconfia-se da razão filosófica e teórica sem, contudo, desprezá-la.

Seria o autor desconhecido do Tratado de Artilharia um militar cético? Ou ainda apenas alguém que tenha tido influência da enorme diversidade de filosofias da Grécia, sem ter-se convertido a alguma escola? Não sei. Mas eu sou um militar, ex-cadete-aviador da Força Aérea Brasileira e oficial da reserva não-remunerada da Marinha do Brasil, instrutor e recordista de tiro das Forças Armadas. Por que isso é relevante para a presente dissertação? Um discurso filosófico não-dogmático deve ser confessional, de modo que me apresento ao leitor. Mas não o faço só por isso: o que pretendo aqui, após apresentar minha interpretação do ceticismo de Sexto Empírico, é tentar oferecer um arcabouço conceitual, de maneira ensaística e com exemplos, para mostrar a possibilidade de se refletir sobre Política em consonância com o que eu acredito serem os princípios norteadores de uma filosofia radicalmente cética, inspirada no pirronismo grego.

Para Frede e Porchat, o autor desconhecido do Tratado de Artilharia, batizado de Heron no Séc. XI, sabia separar as aporias insuperáveis da Filosofia de sua atividade prática de engenheiro militar. Mas qual o lugar da ressalva do início da obra? Por que a necessidade de mencionar o insucesso das escolas filosóficas em encontrar o conhecimento e a *ataraxía*? Diferentemente do que tradicionalmente se entendeu pelo sentido dessa passagem, tenho duas hipóteses: ou nosso artilheiro filósofo entende que, numa pequena área da “mecânica”, a artilharia, conseguiu-se encontrar a verdade e no restante das ciências e teorias permanecemos na ignorância, ou por bem ele não encontrou verdade alguma, permanece cético, mas escolheu discorrer sobre um tema não-controverso, mas sobre o qual também não se teria pretensão à verdade de qualquer proposição: uma arte militar.

As ciências militares, como o tiro ou a artilharia em geral, poderiam ser encaradas por um cético contemporâneo como uma das artes (*tékhnai*) aceitáveis até pelos pirrônicos mais radicais sem medo de se incorrer em qualquer dogmatismo. O pressionamento do gatilho em uma arma de fogo deve exercer força paralela ao cano, pois qualquer força perpendicular afetará o vetor do projétil, exercendo forças laterais e diminuindo a precisão do tiro: qualquer atirador profissional sabe disso.

Para uma longa tradição, contudo, saber disso implica em ter uma crença (o que é bastante razoável). De fato, no uso diário da linguagem, as pessoas pautam sua ação de acordo com suas crenças, isto é, com o que consideram verdadeiro.

2. Ponto de partida interpretativo

Antes de enveredarmos pelo confronto da figura de um filósofo cético, aquele que tudo examina retendo seu assentimento, com a inexorabilidade de uma vida política, é preciso apresentar, em linhas gerais, com qual tipo de ceticismo estamos lidando. Certamente não há apenas um e, mesmo sendo essa ou aquela minha interpretação do sentido da filosofia pirrônica sextiana, diferentes linhas interpretativas gozam de igual ou maior aceitação do que as do tipo que defendo. Com efeito, é inteiramente possível que haja ceticismos pirrônicos diferentes, mesmo no interior da obra de Sexto Empírico. Torna-se necessário, entretanto, expor minha leitura de sua obra para que o leitor compreenda qual figura cética estou confrontando com a necessidade ou com a possibilidade de uma vida prática política.

Em textos recentes, venho defendendo uma interpretação segundo a qual o pirronismo de Sexto Empírico seria de uma vertente bastante radical, afrontador de qualquer crença, seguindo uma orientação “efética” de uma suspensão total do juízo sem, contudo, negar a vida, pois, e isto é sabido, o cético tem um critério de ação, uma maneira de viver: seguir aquilo que aparece, o *phainómenon*. Esse fenomenismo cético é a chave para a compreensão de uma filosofia pirrônica “positiva”.

Recapitulando o que eu venho defendendo nos meus textos publicados até hoje, creio haver, no pirronismo grego, o que eu chamo, inspirado em algumas passagens de Sexto Empírico, de uma “obediência cética ao fenômeno”. Como é sabido, o *phainómenon* é o critério de ação do cético grego, é o que sobra após a

radical suspensão do juízo sobre tudo, mas sua interpretação ainda é motivo de controvérsia. Uma maneira de entender a adesão cética aos *phainómena* é encontrar nela uma forma de crença que estaria permitida ao pirrônico. Em HP I, 229-230, encontramos Sexto Empírico comparando sua filosofia com a filosofia da Nova Academia e dizendo que ambas dizem acreditar (*peíthestai*) em algumas coisas, mas que, no caso do pirronismo, trata-se de um acreditar sem inclinação ou propensão forte, como se diz do acreditar o menino em seu tutor. Mas o verbo grego “*peíthesthai*” tem vários sentidos, como o de fiar-se e também o de obedecer, e talvez tenha sido tão somente esse amplo escopo semântico que tenha permitido aquela comparação com o ceticismo acadêmico a partir desse verbo. Embora de fato Sexto esteja afirmando, nessa passagem, que o cético acredita em algumas coisas, penso que se fôssemos tentar abstrair daí uma noção pirrônica de crença cairíamos em uma espécie de “obedecer” cético, dada a metáfora da criança perante o seu pedagogo. Essa curiosa espécie de crença cética ocorreria apenas naquilo que se impõe, como um adulto sobre uma criança muito jovem, daí a insistência de Sexto em definir o fenômeno como *azétetos*, isto é, impossível de ser investigado ou questionado – ao que poderia se concluir que o cético questiona tudo quanto possível de ser examinado.

O que faz o cético sextiano é, ao meu ver, uma eleição do *phainómenon* como critério de ação, perante a necessidade de um critério que fosse apenas de ação e não de verossimilhança (ao contrário do caso da filosofia da Nova Academia), ou de escolha propriamente dita.

Ele escolhe obedecer, a maneira de uma criança, aos fenômenos, sem inclinação – no que se pode supor que, para Sexto, nos dogmatismos e no ceticismo acadêmico, haveria inclinações e propensões das quais o cético estaria livre. Boa parte do rico livro I das *Hipotiposes* dá a impressão de ter sido escrita

visando a objeções e equívocos na compreensão da postura cética, especialmente acerca dos motivos que poderia ter o cético para realizar uma ação e não outra, mas a adesão cética aos *phainómena* tem claramente um caráter frio, é pouco comprometida, desprovida de inclinação. Em consonância com a mitigação do verbo *peíthesthai*, ao minimizar a forma pela qual o cético pode acreditar, a maneira de uma criança, em algumas coisas, há textos nos quais a eleição do que aparece, do fenômeno, como critério de ação, está acompanhada pela justificativa de que os céticos “não podem permanecer inativos” (cf. HP I, 23, 226-227 e AM VII, 29-30). Importante notar que não se trata aqui de reduzir o critério de ação cético a meras aparências ou a qualquer tipo de falibilismo: a decisão do cético de obedecer aquilo que aparece não se dá apenas porque o *phainómenon* é o *pouco* que sobra após a investigação cética. Ao contrário, é justamente pelo fato de os discursos da filosofia especulativa serem tão fortes quanto as coisas que nos aparecem da forma mais nítida e impositiva (e que, portanto, se impõem a nós), que eles são capazes de quase arrebatá-las (HP I, 20), exigindo uma eleição dos fenômenos como critério unicamente de ação e de mais nada. A força do que aparece é rivalizada pela força dos argumentos céticos e dogmáticos contra o que aparece, e somente nessa disputa é que o cético, em suspensão total do juízo, decide agir com base no fenômeno. Para entender melhor tal perspectiva sobre o fenomenismo cético, é necessário explorar mais a fundo o impacto filosófico que os fenômenos têm na prática cética.

Do ponto de vista da persuasão, aquilo que aparece não é capaz de formar no cético qualquer dogma, pois nada estabelece, como nada estabelecem também aqueles sofisticados discursos de várias doutrinas filosóficas que questionam tudo quanto aparece, já que estão também em conflito entre si; a

própria definição que Sexto dá sobre a prática cética de opor a todo discurso um discurso igual nos lembra que tal oposição se refere à credibilidade ou incredibilidade dos discursos opostos (*katà pístin è apistían*) (HP I, 202). Aliás, também a explicação de *epékho*, isto é, a comumente pronunciada frase cética “eu suspendo o juízo”, é, segundo Sexto, “eu sou incapaz de dizer em qual das alternativas propostas devo acreditar e em qual não devo acreditar” (HP I, 196).

As curiosas observações sextianas sobre a força e a sutileza dos discursos dogmáticos, que foram por vezes interpretadas como uma versão *avant la lettre* da crítica ao discurso metafísico, característica da moderna filosofia da linguagem, a moda do neopirronismo porchatiano, devem, ao meu ver, ser compreendidas dentro do contexto de um filósofo grego que é sincera e enormemente impactado pelas teses de filósofos dogmáticos, de Parmênides a Crisipo, de Heráclito a Epicuro e, por que não, a Kant, Hegel e Heidegger, se a cronologia assim tivesse permitido. É somente assim que, chegando depois à suspensão do juízo, o cético se sente confortável em ironizar os dogmas, chamando-nos de “ídolos” (*eídola*) e de “ficções” (HP II, 222; HP III, 156; AM VIII, 156-7, por exemplo). É somente contemplando a enorme força de persuasão das filosofias em conflito e não tendo como decidir entre as mais persuasivas, também não podendo as aceitar todas ao mesmo tempo, que ele descreve seus dogmas como ídolos e ficções.

Longe de fazer do fiar-se nos *phainómena* uma forma mais branda de crença, falível e provisória, esse fiar-se é exatamente o contrário: revela um impacto sincero da *diaphonía* filosófica no intelecto do cético que, movido pelas brilhantes argumentações dos mais ousados filósofos especulativos, realmente é tocado pela força de persuasão de suas teses de modo a questionar todas as crenças, das mais básicas às mais complexas. Não há, assim, qualquer

inclinação à verdade de qualquer proposição no fenomenismo cético e, portanto não se pode falar propriamente, ao meu ver, em uma crença cética. Convencido de que nada pode estabelecer, o cético faz da suspensão do juízo uma prática, e acrescenta ao enorme arsenal de argumentos filosóficos os modos de Enesidemo, especialmente desenhados para acabar com qualquer tendência de fiarmo-nos nos fenômenos mais simples e banais da vida cotidiana para formular qualquer crença, mesmo as que frequentemente nem as filosofias mais especulativas chegam a questionar.

Mas como dizia Timão, “o *phainómenon* em toda parte tem força, onde quer que venha” (AM VII, 30), só o legado do gênio filosófico de séculos é capaz de garantir ao cético a *isosthéneia* e à *epokhé* sobre tudo, inclusive sobre certas crenças comuns e banais do cotidiano às quais o cético afronta, como parece poder ser abstraído da passagem de AM VII, 27, onde Sexto admite que a prática cética, inegavelmente ousada e por vezes irritante, pode levar os céticos a serem vistos como afrontadores das crenças comuns e presunçosos, pelos que os refutarem ou julgarem tê-los refutado.

Deste modo, é preciso admitir que os céticos têm sim esse aspecto de afrontadores da crença comum, vestem essa carapuça! Parte fundamental do legado pirrônico é justamente o combate incessante e, por vezes, irritante a tudo quanto tendemos a acreditar no dia a dia. Quem conhece os textos de Porchat sabe como essa figura que estou aqui traçando do cético sextiano está longe do neopirrônico.

Na proposta filosófica de uma atualização do pirronismo antigo para o debate contemporâneo, Porchat sempre enfatizou a dicotomia dos dois aspectos do ceticismo de Sexto Empírico – se, de um lado, há o ferrenho combate ao dogmatismo e às filosofias especulativas, há também, na obra do filósofo grego,

um vasto legado positivo. Em “Empirismo e ceticismo” (PORCHAT, 2006, p. 289), Porchat credita Victor Brochard como o primeiro historiador a apontar a magnitude desse lado construtivo do pirronismo, a ponto de chamá-lo de um “ceticismo empírico”. Ele conclui o artigo apontando para a importância de se estudar o advento do empirismo na epistemologia sob a luz da contribuição cética (p. 322). Outros artigos de Porchat (PORCHAT, 2006) são exemplos de uma exploração do lado positivo do pirronismo na construção de posições filosóficas acerca dos mais variados assuntos.

A política e a moral, contudo, são pouco tematizadas pelo maior filósofo neopirrônico brasileiro, o que deixa um espaço frutífero para a pesquisa. Porchat contribuiu para a maior compreensão da noção de “*phainómenon*” no ceticismo antigo, e seu neopirronismo se inspirou no alcance e escopo que nela encontrou. Uma exploração do lado positivo de um neopirronismo contemporâneo pode partir, contudo, de uma interpretação um pouco diversa da de Porchat sobre o sentido filosófico do fenômeno como critério de ação cético, apresentando um retrato da figura do pirrônico grego diferente daquele que é invocado pelo neopirronismo de Porchat. O objetivo do trabalho será o de esboçar essa figura, apontando para a sua coerência e força filosófica, no intuito de mostrar o interesse de se enfrentar temas contemporâneos sob a ótica de um pirronismo mais radical do que aquele de Porchat.

Porchat dedicou um artigo recente ao tema do fenomenismo cético, intitulado “A noção de *phainómenon* em Sexto Empírico” (PORCHAT, 2013). Tal artigo representou o corolário de uma das maiores contribuições de Porchat à compreensão do ceticismo antigo, especialmente no que diz respeito ao alcance e escopo da noção de *phainómenon*.

Porchat conferiu uma amplitude mais do que generosa ao *phainómenon* cético, desde “Sobre o que aparece”, o primeiro artigo em que ele assume uma postura filosófica neopirrônica. Seus artigos fundem a mera interpretação histórica da obra sextiana com a formulação de uma postura filosófica própria, e a reconstrução que faz Porchat do conceito cético de *phainómenon* me parece aproveitável, em boa medida, para a figura do cético sextiano que aqui pretendo apresentar.

Uma primeira distinção fundamental para a qual Porchat nos chama a atenção é a de que a noção cética de *phainómenon* diz respeito tanto à esfera sensível quanto à inteligível. Esta última, um pouco mais complexa de se entender, dada talvez a enorme influência da maneira moderna de ver as coisas com suas filosofias da representação, mas abundantemente tematizada na obra de Sexto Empírico (A.M. VIII 362-3; VII, 336; H.P. I, 4, 15, 190-1, 197 etc.). Porchat (2006, p. 303) segue dizendo que aquilo que nos aparece é exprimido em conteúdos proposicionais, como “o mel é doce” ou “faz tempo que Sócrates bebeu a cicuta” e, além disso, aparece para nós que muito do que nos aparece, aparece também a outros homens, coletivamente. Porchat lembra Enesidemo, fundador do Pirronismo como Escola, rompendo com a filosofia da Nova Academia, que dizia que certas coisas aparecem de modo comum (*koinôs*) a todos, outras aparecem particularmente a alguém.

Enfatizando o caráter coletivo dos fenômenos, Porchat se permite passar espontaneamente do “aparece-me *que*” ao “aparece-*nos* que”. Afastando qualquer identificação do ceticismo antigo com alguma forma de solipsismo, Porchat enfatiza o caráter intersubjetivo desse mundo fenomênico, que chama de “experiência de mundo” (PORCHAT, 2006, p. 303).

O filósofo brasileiro apontou para o enorme alcance da noção cética de fenômeno, a meu ver afastando a tendência de se interpretar timidamente o fenômeno como sendo “mera aparência”, ou “mera afecção”, ou mesmo o que é “meramente aparente”. O exemplo dos fenômenos coletivos lembrado por Porchat parece, em geral, ignorado no grande número de trabalhos acerca do ceticismo grego de que dispomos. Creio, entretanto – e isso Porchat não abordou explicitamente – que esse alcance da noção de fenômeno de maneira nenhuma precisa ser entendido como uma diminuição do escopo da *epokhé* cética. Não nos esqueçamos de que o cético sabe, a cada segundo, que o mundo pode ser totalmente diferente do modo como ele lhe aparece, enquanto que as pessoas comuns, de maneira geral, confiam na experiência para formular crenças cotidianas sobre a realidade. Mas uma das descobertas de Porchat acerca de uma visão cética do mundo, perfeitamente aplicável, a meu ver, ao ceticismo de Sexto Empírico, está no fato de que não há solipsismo de nenhuma forma na relação do cético com os fenômenos. Se vários intérpretes do pirronismo, à época da conversão de Porchat ao neopirronismo, já afastavam as interpretações mentalistas e solipsistas, Porchat me parece ter sido o único a enfatizar que não havia privilégio nenhum daquilo que aparece a quem aparece, já que o cético se vê como um item dentre vários do mundo. O fenomenismo cético é fundamentalmente antissolipsista, já que uma visão de mundo fundamentada no fenômeno parte de uma autoimagem do cético como sendo uma pequena parte de um coletivo, mais um entre outros homens aos quais várias coisas aparecem coletivamente. Esse, inclusive, é o tipo de fenômeno que permite a escrita de um livro introdutório sobre o pirronismo como as *Hipotiposes*: um autor narrando a experiência filosófica comum a vários céticos para um público que eventualmente poderá experienciar coisas semelhantes.

Tal alcance da noção de fenômeno, livre da tendência espontânea que tem o intérprete contemporâneo de restringir seu escopo, deve ser entendido a partir da maneira com a qual o próprio pirrônico explica que chegou a essa peculiar filosofia de suspensão do juízo sobre tudo. É fundamental lembrar o itinerário que levou o cético grego à *epokhé* generalizada: perturbado pela anomalia das coisas e sem saber a quais dar assentimento, ele foi buscar, na filosofia, a verdade, mas deparou-se com a discordância geral sobre tudo (inclusive sobre a apreensão dos objetos externos mais comuns). Essa anomalia, que pode ter começado com dilemas da sua vida profissional, ou ainda sobre assuntos morais em que os homens frequentemente discordam, algo facilmente notado por um homem propenso a filosofar e com uma certa cultura, parece ter-se expandido para todos os aspectos da vida. Parece ter atingido até mesmo a antes assumida apreensão dos objetos comuns da experiência, cujo conhecimento é agora posto em questão pelo cético. Se não há porque não pensar, de um lado, que o homem de talento, antes de estudar filosofia, assumia (assim como o restante das pessoas comuns) que apreendia muitas coisas, como sua mesa, seu cachorro etc., e achava que tinha delas conhecimento, não há porque, por outro lado, estabelecer qualquer paralelo entre o reconhecimento cético de um *phainómenon* como a mesa, algo que lhe aparece, com sua crença inicial na existência da mesa. O *phainómenon* cético é o que resta após o final desse percurso radical de investigação e *epokhé*, onde o cético adquire a consciência de que, dada a argumentação dos filósofos, qualquer conhecimento sobre os objetos dos nossos sentidos fica bastante complicado.

Faz-se necessário, assim, mitigar um pouco o suposto compartilhamento de fenômenos entre homens comuns, filósofos dogmáticos e filósofos céticos. Os primeiros espontaneamente os hipostasiam, os segundos os interpretam para

recusá-los ou reafirmá-los, e os cétricos os elegem como critério única e exclusivamente de ação (não de opinião, não de persuasão, não de verdade), numa obediência fria ao que resta após uma radical prática antitética. Somente após essa distinção é que poder-se-ia, talvez, dizer que aparece ao cético que o mesmo fenômeno pode aparecer às três personagens em questão.

Mas a primeira questão à qual Porchat traz luz, a referência dos fenômenos a ambas esferas sensível e inteligível, interessa-nos particularmente quando lidamos com a questão da vida prática de um cético em comunidade e sua ação política.

Alguns poderiam dizer que nessa ideia de “fenômeno inteligível” reside uma contradição do ceticismo. A ressalva da narração de um fenômeno, seguida de um conteúdo não sensível, como por exemplo “aparece-me que $2+3=5$ ” no exemplo dado por Paulo Faria certa vez, implicaria o cético com alguma crença. O que significaria ter um fenômeno inteligível sem acreditar nele? De fato, pareceríamos estar no terreno de um paradoxo de tipo mooreano, onde o a pessoa afirma P em seguida dizendo que não acredita em P.

É sempre necessário, contudo, entender que o pirrônico faz um grande percurso de exame de filosofias e, tocado pela enorme capacidade de persuasão de cada uma delas, vai renovando sua suspensão do juízo quando mais estuda. Quando, já numa fase madura desse percurso filosófico, o cético elege o vocabulário fenomênico, as expressões do tipo “aparece-me que P”, no sentido pirrônico, não são mais intercambiáveis com “acredito que P” ou “penso que P”. Elas têm enorme carga filosófica, expressam a consciência constante, por parte do cético, de que as coisas podem ser muito diferentes da maneira como lhe aparecem ao intelecto e aos sentidos. Tanto o “operador” ‘aparece-me que P’ não é intercambiável com ‘acredito que P’ que uma quantidade enorme de

proposições não poderia ser expressa pelo cético em seu vocabulário. Um dogmático pode dizer “acredito que o ser é e que o não ser não é”, mas um cético jamais dirá “aparece-me que o ser é e que o não ser não é”, só para dar um exemplo. O que não significa que haveria uma demarcação nítida entre proposições que poderiam ser expressas nesse vocabulário. Mas ainda assim é possível identificar casos extremos. O ceticismo pode sim ter um impacto devastador na maneira de um pirrônico se expressar, não é por outro motivo que o próprio Sexto nos narra que alguns cétricos levaram bem mais a sério a prática da *aphasia* e outros cétricos só utilizavam o discurso em forma de perguntas, o que nos leva a crer que esse problema já se punha para os cétricos antigos. O ceticismo de vertente sextiana elege um vocabulário peculiar, servindo-se de um termo comum à filosofia da época, “*phainómenon*”, para exprimir essa complexa experiência de mundo em *epokhé*.

Por isso, é necessário resistir a ideia de que o pirronismo se dá apenas no nível da linguagem, seria uma prática sofisticada ou um jogo linguístico. Ele pretende ter consequências práticas e psicológicas para o seu praticante. Porchat, de outro lado, insistiria na suspensão do juízo como advinda de um conflito entre *lógoi*, entre discursos opostos, descrevendo adesão neopirrônica aos *phainómena* como uma recusa dos discursos que interpretavam os fenômenos de maneira dogmática.

Mas já no início das Hipotiposes lemos que o ceticismo é uma capacidade de “opor coisas que aparecem (*phainómena*) e coisas inteligíveis (*noúmena*) de qualquer modo que seja”, complementando Sexto que (é uma capacidade) “a partir da qual, devido à equipolência das coisas e discursos opostos, chegamos primeiramente à suspensão de juízo e depois à imperturbabilidade”. Não é difícil imaginar, para qualquer leitor experiente da obra de Sexto, o que seriam

esses discursos opostos a coisas ou essas coisas que aparecem (*tà phainómena*) em oposição a pensamentos e discursos. O debate sobre a existência ou não existência do movimento, por exemplo, tem, do lado do fato de que o movimento aparece, de que o experienciamos, filósofos e homens comuns que confiam no fato de que o movimento é fenômeno. E, do outro lado da polêmica, há alguns filósofos que expressam pensamentos, concebem teses e formulam discursos que nos levam a acreditar que o movimento não existe.

É necessário resistir à tentação de pensar que, quando imaginamos a vida política do cético à luz dessa descrição sextiana da prática cética, estaríamos opondo apenas “coisas pensadas” a “coisas pensadas”. Opor dogmas a dogmas é parte fundamental da prática pirrônica: se achamos que o motor da história é a luta de classes, podemos opor a esse dogma a ideia de que o motor da história é o Espírito, e páginas e páginas de Hegel podem ser suficientemente persuasivas para que, se não converter ao Hegelianismo, quiçá causar o abandono do marxismo. Em certas outras discussões, haverá oposições entre coisas que aparecem aos sentidos cético e o induzem à crença, como o fenômeno do movimento em oposição a coisas pensadas por filósofos que matematicamente teriam demonstrado que o movimento é impossível, justamente com o que faz que o cético resista àquela crença. O homem menos culto talvez se deixe levar a acreditar justamente porque não tem o contato com o enorme legado das filosofias.

Em política, contudo, o cético vai acionar sua prática antinômica toda vez que houver alguma tentação a acreditar em algo. Suspeitoso de sua própria tentação, ele mobiliza sua cultura, onde encontra teses opostas igualmente persuasivas. Eventualmente, mas raramente, em política, mobilizará fenômenos sensíveis, por exemplo, contra a tese de que a guerra enobrece e melhora os seres humanos, o

cético pode mobilizar a experiência empírica visível do sofrimento humano causado pelos conflitos.

Ainda assim, após essa suspensão de juízo oriunda da sua capacidade argumentativa, restará o fenômeno ao cético que, se sextiano, o elege como critério de ação.

E nesse escopo fenomênico, muitas vezes essas coisas vão aparecer de maneira forte e constante. Convencido de que não tem como afirmar nada sobre aquilo que aparece – nem o tratar como mera representação, de um lado, tampouco hipostasiá-lo, de outro – o cético, porém, não tem como negar a força com a qual se manifestam para ele várias dessas coisas. Mas a consequência de reconhecer essa força é justamente encontrar a equipolência dela para com a dos discursos filosóficos e confessar-se incapaz de acreditar em qualquer coisa, um estado do intelecto bastante distinto daquele em que o neopirrônico diz ter. Porchat chega a afirmar que “(...) não recusamos ter *certezas* em nossa vida prática e cotidiana. Não temos por que hesitar em acolher em nossa linguagem o vocabulário usual da certeza, bastando-nos, também aqui, apenas cuidar para que não se venha sobrepor a nossos usos linguísticos uma interpretação dogmática, para que deles não se queiram extrair pressupostos epistemológicos ou ontológicos.” PORCHAT, 2006, p. 135).

Se nos restringirmos, como quis Porchat, às interpretações dogmáticas, epistemológicas e ontológicas do que o cético afirma, corremos o risco de deixar de ver que o próprio fenômeno, quando invocado como critério de verdade, é rejeitado pelo cético que se serve, aí, de dogmas!

A obediência cética à primazia do que aparece, oriunda de uma sincera suspensão do juízo sobre tudo, diferencia-se das crenças comuns. O cético recusa as certezas filosóficas ricas em pressupostos ontológicos e

epistemológicos, mas recusa também, em sua totalidade, as mais simples certezas das pessoas comuns, distantes de qualquer reflexão filosófica. Não se trata de simplesmente perceber que a maior (ou menor) parte das crenças são dogmáticas: todas as crenças são dogmáticas, refletidas ou não, interpretadas ou interpretáveis. Só assim faz sentido o modo de vida cético alegadamente *adoxastós* (HP I, 20), sem *dóxa*. Não pode ser gratuita a escolha de um termo como *dóxa*, que desde os primórdios da tradição filosófica grega distanciava o filósofo do comum dos homens cheio de opiniões para definir a maneira como o cético vive: livre da mera opinião e em *epokhé*. Um caso peculiar de filósofo, mas, antes de tudo, um filósofo.

Sexto Empírico afirma que o pirrônico não “briga por palavras” (*phonomakheîn*) (HP I, 194-5) e desconfia, assim, da exatidão conceitual almejada por muitos filósofos dogmáticos. Mas por certas palavras, penso, o cético teria de brigar, devido à sua inevitável associação, mesmo que indireta, com a ideia de “verdade”.

Confrontemos aquele itinerário cético sextiano àquela ideia presente em vários artigos de Porchat: a metáfora de um *philosophos*, um estudante de filosofia que, não tendo se convertido a qualquer doutrina filosófica, já não encontra mais, depois de um percurso filosófico, justificção para suas antigas crenças cotidianas. É uma espécie de metáfora de que se serve o discurso neopirrônico de Porchat para introduzir uma peculiar interpretação do pirronismo antigo, segundo a qual o cético seria como um estudante de filosofia que não se converteu a nenhuma doutrina, mas questiona a sua crença na realidade das coisas. Ele nos convidava a supor a figura de um jovem filósofo que já teria avançado suficientemente em seus estudos de filosofia para ter abandonado o senso comum, mas ainda não se converteu a nenhuma filosofia ou doutrina, de

modo que questiona qualquer suposta apreensão da realidade (PORCHAT, 2006, p. 122).

O âmbito filosófico, para Porchat, parece ser restrito àquele que discute a “verdade última” das coisas, a “dimensão cognitiva” e a relação das crenças com o real. É assim que as doutrinas filosóficas, na explanação pirrônica de Porchat, são precedidas de um “não obstante” (o berkeleyano ou o kantiano teria a mesma crença que um cético ou que um homem comum — apesar de seu imaterialismo — e não obstante sua doutrina do mundo exterior e da representação, respectivamente (PORCHAT, 2006, p. 134)). Mas para Sexto Empírico a *epokhé* radical do pirrônico grego não se limita às interpretações dogmáticas das asserções comuns. A prática do pirronismo grego não se limita a uma investigação da linguagem, mas abrange também as coisas. O discurso especulativo não é, dessa forma, tão estranho ao cético antigo: é ele quem permite a suspensão do juízo sobre tudo, inclusive sobre os objetos exteriores. A *diaphonía* filosófica acerca da verdade atinge o cotidiano do filósofo cético, transcende o seu gabinete, e parte fundamental dessa busca por suspensão do juízo conta com a filosofia especulativa – sem ela uma *epokhé* mais geral seria impossível. O cético não é aquele filósofo que pretendeu problematizar a verdade última das sentenças. É, ao contrário, aquele que problematizou a verdade de toda e qualquer proposição e crença.

Desafio ainda maior seria pensar na ação política de um cético do tipo mais radical, cuja coerência filosófica penso ser defensável. E uma maneira interessante de se explorar essa coerência filosófica é justamente refletir sobre sua ação política, objetivo do presente trabalho. Naturalmente que o neopirronismo não depende de uma interpretação correta da filosofia cética, sendo por ela apenas inspirada – em nada ameaçando a coerência e a força da

proposta neopirrônica sua mera imprecisão histórica. Mas cabe perguntar também se o velho pirronismo não poderia ser, também ele, fonte de inspiração das reflexões filosóficas contemporâneas, oferecendo assim uma proposta filosófica de maior afinidade com a tendência contemporânea da valorização das escolas da antiguidade justamente por não terem elas separado suas filosofias, de uma forma ou de outra, da vida comum. Foi o que aventei em “Porchat, sua interpretação de Sexto, e um possível neopirronismo rústico” (SCHVARTZ, 2015).

A caricatura que fazem certas interpretações anacrônicas da metafísica, mesmo ao interpretar a obra de Sexto Empírico, é perigosa e certamente estranha ao pirronismo antigo. A maneira de se conceber o cético sextiano ortodoxamente atualizado seria imaginar alguém bem mais impactado por reflexões chamadas “metafísicas”, alguém não tão descrente no poder do *lógos* em encontrar verdades quanto o pirrônico urbano. Em sua prática antitética de opor fenômenos e opiniões, o pirrônico rústico de fato suspende o juízo sobre a proposição “a parede é branca” tanto quanto sobre qualquer outra proposição dogmática, por não reconhecer qualquer privilégio dos sentidos sobre os dogmas filosóficos ou vice-versa. Não haveria, para ele, qualquer privilégio, por exemplo, da proposição “a neve é branca” sobre a proposição “a neve é preta”, por mais que a neve lhe apareça branca naquele momento. Continuei aquela reflexão convidando o leitor a uma comparação hipotética: um filósofo eleata que, convencido por Parmênides, “sabe” que todas aquelas afirmações sobre objetos externos que fazemos no dia a dia são falsas, não pareceria enfrentar, em geral, as acusações de incoerência com as quais o cético tem de lidar. Tal filósofo eleata hipotético vive uma vida que ele “sabe” ser no mundo da ilusão; ele acredita na falsidade de cada uma daquelas proposições descritivas que utiliza no seu dia a dia. Tal figura me parece muito mais aparentada à de um pirrônico que

levou a sério aquelas antigas reflexões filosóficas, realmente encontrando igual força de persuasão tanto no discurso eleata quanto no aristotélico, para dar um exemplo, e suspendeu o juízo sobre ambos, alegando seguir os fenômenos sem acreditar em nenhum deles. Do mesmo modo que pode haver aquele filósofo que pensa saber, a cada segundo, que o mundo é totalmente diferente do modo como ele lhe aparece, me parece que o cético de Sexto Empírico sabe, a cada segundo, que o mundo *pode* ser totalmente diferente do modo como ele lhe aparece. As anedotas sobre Pirro caindo em pântanos, abismos ou buracos talvez não sejam tolice e intriga da oposição, como gostava de dizer Porchat, mas apenas uma maneira que o pioneiro do ceticismo teria encontrado para ensinar os seus discípulos a serem verdadeiros afrontadores das crenças comuns.

Identificar o pirronismo antigo com qualquer forma de desprezo pela ontologia me parece distanciar o intérprete do sentido original do ceticismo de Sexto, Agripa e Enesidemo. Porque a manutenção de uma suspensão do juízo sobre tudo frequentemente precisa se servir das várias discussões fundamentais da filosofia.

Sob o prisma dessa figura efética radical, a tranquilidade com a qual o neopirrônico se permite ter opiniões sobre variados temas e inclusive enveredar em assuntos como a Filosofia da Ciência e, no caso específico da presente dissertação, a política, não é assunto fácil. No dia a dia, dilemas morais são muito mais comuns do que os de epistemologia ou metafísica. E as breves passagens em que Sexto Empírico afirma que o cético segue “leis e costumes” (HP I, 24) de seu país, embora tenham influenciado uma leitura por assim dizer conservadora do proceder do pirrônico em assuntos de política e moral, são insuficientes para identificar em Sexto uma solução para o que poderia vir a ser a ação do pirrônico na política. Seria o ceticismo compatível ou incompatível com os radicalismos

políticos ou seria ele ainda incompatível com qualquer posicionamento político? Poderia o cético se vincular a um movimento político cujas raízes estão em opiniões de pensadores e de grupos, uma vez que ele alega viver uma vida sem opiniões?

O retrato do fenômeno como critério unicamente de ação do cético, em nada tendo a ver com persuasão (em que o cético sempre encontrará a equipolência), que apresentei acima, merece uma atenção especial para quem quer enveredar para uma abordagem neopirrônica de temas contemporâneos. Como tradicionalmente se interpretou o caráter involuntário do fenômeno como significando a aceitação cética do fenômeno como o único critério de ação possível, a tendência foi sempre a de se condenar as interpretações mais radicais da força e do escopo da suspensão cética do juízo a uma incompatibilidade com o lado positivo e fenomênico do pirronismo. Mas uma nova interpretação da “involuntariedade” do fenômeno (HP I, 20), que diga respeito tão somente à impossibilidade de um controle psicológico sobre as impressões (que se dão, genericamente falando, de modo passivo), e que aponte para a eleição que o cético faz do fenômeno como seu critério de ação, pode fornecer um guia interessante para uma abordagem neopirrônica radical da relação do ceticismo com questões políticas. Em *epokhé* sobre tudo, há o risco de se permanecer inativo (cf. HP I, 23, 226-227 e AM VII, 29-30). E sob esse risco, há opções diversas da que o cético faz pelo que aparece. Mas o cético faz do fenomenismo frio e sem inclinações a solução para a vida cética na comunidade, em uma suspensão do juízo, ao meu ver, genuína e radical, sobre, por exemplo, valores caros a comunidades e civilizações. O questionamento cético tem que invadir as disputas políticas e a consequência de um ceticismo radical não pode ser apenas a do combate à intolerância e da aceitação de opiniões mitigadas – pelo menos

não a de um ceticismo que se pretende radical. E se um fenômeno aparece fortemente ao cético, se um cético, dessa forma, tem a expectativa de sua repetição, oriunda de signos por ele aceitos, os rememorativos ou comemorativos, assunto que abordarei a seguir, não vejo porque todas as opiniões do cético tenham que ser mitigadas. Ele pode ter opinião forte sobre, por exemplo, o comportamento de um político corrupto – pode supor que ele voltará a delinquir, se já foi pego inúmeras vezes delinquindo no passado. E pode ter uma posição política bastante forte e acalorada justificando porque não votará nessa pessoa.

Há várias situações em que o posicionamento político se torna inevitável. Não é difícil pensar nelas – da Reforma a Auschwitz, da travessia do Rubicão ao golpe civil-militar de 1964. O cético tomará posição em cada uma dessas situações elegendo o fenômeno, ou seja, o que lhe aparece a cada momento, como seu critério, abrindo mão de qualquer pretensão à verdade das proposições nas quais expressará sua ação política. O neopirronismo precisa enveredar por esses dilemas e explorar o que seria a atitude cética perante os dilemas políticos cotidianos.

Em suma, o conceito de *phainómenon* é a mais importante noção do pirronismo antigo para a compreensão do, assim chamado, lado positivo do ceticismo. Se a obra de Sexto Empírico ficou famosa pelo arsenal combativo que legou para os milênios subsequentes, filósofos contemporâneos que se autodenominaram neopirrônicos, como Porchat e Fogelin, inspiraram-se no fenomenismo cético para formularem suas posições filosóficas. Partindo de uma visão alternativa da relação do cético com o que aparece, o pretenderei mostrar como uma interpretação radical e que aponta para a enorme abrangência do escopo da suspensão do juízo cética, o que pode abrir caminho para pensar a

questão da ação política do filósofo pirrônico. Um pirrônico radical, que questiona a verdade de toda e qualquer proposição, ainda assim não pode se furtar de, quando não frequentemente, eventualmente se posicionar sobre política, e o neopirronismo não pode se furtar de se perguntar sobre como se daria a relação entre uma filosofia sem opiniões e a inevitabilidade da ação política. A pesquisa pretende explorar esse problema sob a perspectiva de uma interpretação da obra de Sexto Empírico segundo a qual o fenômeno é eleito como critério de ação do cético justamente porque permite a ação (inclusive política) livre de opiniões.

3. A figura do cético no dia a dia

Desde 2013, tenho publicado alguns trabalhos que abordam a questão de que, no dia a dia, o cético sextiano em nada tem a ver com aquela caricatura de quem duvida de tudo. Parafraseando o que tenho publicado a respeito, é necessário começar notando que, já no início das Hipotiposes Pirrônicas, Sexto Empírico já faz a ressalva de que o que ele narra ali é o fenômeno tal como ele lhe aparece “agora”, deixando claro não apenas que o discurso cético é sempre um discurso um tanto confessional, uma narrativa, por assim dizer, que não tem pretensão à universalidade, bem como é provisório, uma vez que aquilo que nos aparece hoje pode não nos aparecer mais amanhã. O que não significa, entretanto, que não possa haver, para um cético, um certo sentimento de certeza, uma expectativa de que hoje, amanhã e por muito tempo ele continuará tendo a experiência de uma coisa aparecendo de uma forma para ele.

A partir de Descartes e também na filosofia contemporânea, a figura do cético, lamentavelmente, tem sido apresentada como aquele que duvida de tudo, algo muito distante de qualquer sentimento de certeza. Um exemplo disso é a ferrenha oposição que faz um dos maiores filósofos de nossos tempos, Wittgenstein, ao “ceticismo” em *Sobre a Certeza*. Não obstante, um tema recorrente nos trabalhos sobre o pirronismo antigo tem sido a relação entre a filosofia de Wittgenstein e o ceticismo, por vezes sendo apresentada como uma relação de oposição, mas às vezes também como de afinidade. Em boa medida, o peso do debate epistemológico contemporâneo sobre ceticismo se deu pela importância que Wittgenstein conferiu à tarefa de refutar tanto o ceticismo quanto respostas que filósofos da época teriam dado ao “desafio cético”. Uma certa interpretação rústica do ceticismo sextiano poderia, eventualmente, dar conta da

objeção de que o cético, não tendo crença alguma, estaria de alguma forma pondo em xeque nossas certezas mais básicas.

Se, por um lado, Wittgenstein parece condenar explicitamente o ceticismo em textos pertencentes às diferentes fases de sua filosofia, por outro lado, alguns autores nos brindaram com comparações positivas entre o ceticismo e a filosofia do Wittgenstein das Investigações Filosóficas. No Brasil, Plínio Smith dedicou um artigo ao tema, intitulado “Wittgenstein e o Pirronismo: sobre a natureza da filosofia”. Plínio cita Kripke como o atribuidor de um ceticismo de tipo humeano a Wittgenstein, mas concorda com Baker e Hacker ao julgar essa atribuição incorreta (SMITH, 2000, p. 200). Para o autor, contudo, “a concepção filosófica de Wittgenstein tem muitas semelhanças com a concepção cética pirrônica” (SMITH, 2000, p. 201). A crítica a um uso dogmático da linguagem, a ideia de terapia filosófica, o combate às teorias metafísicas, dentre outros fatores, são levantados por alguns autores como pontos em comum entre o pirronismo antigo de Sexto Empírico e o assim chamado “segundo Wittgenstein”.

A questão das crenças faz parte dos principais temas tratados por Wittgenstein em “Sobre a Certeza”. A descrição de como nossas crenças estão interligadas faz parte da estratégia de Wittgenstein em atacar dúvidas céticas (como aquela acerca da existência do mundo exterior) e de criticar algumas respostas ao desafio cético por ele julgadas inadequadas, como as de Descartes e Moore.

Uma das maneiras com as quais Wittgenstein atacou as dúvidas hiperbólicas foi através de uma descrição da relação que o homem tem com suas crenças. Longe de querer mostrar que há justificção para cada uma de nossas crenças, Wittgenstein procura mostrar que, embora nem todas as crenças tenham propriamente fundamentos, nem por isso elas devem ser abandonadas ou postas

em dúvida. As respostas de Moore ao ceticismo são, sem dúvida, grandes inspiradoras das notas de Wittgenstein em “Sobre a certeza”, livro que, indubitavelmente, tem como pano de fundo também o debate filosófico acerca do ceticismo. O filósofo quer mostrar não apenas a inadequação de dúvidas céticas, mas também as limitações das respostas de Moore. Para Wittgenstein, as dúvidas céticas fugiriam ao jogo de linguagem no qual a dúvida se insere e, portanto, não seriam propriamente “dúvidas”. Cada dúvida está imersa no jogo de linguagem e é acompanhada, por exemplo, de procedimentos como a verificação. O jogo de “saber” de algo e de “duvidar” de algo envolve testes e confirmações, e mesmo a mais forte das convicções estaria dentro de um jogo de linguagem onde caberia a Retratação.

Assim, se alguém duvida da existência de uma partícula que ainda não foi observada em nenhum microscópio, ou de um planeta ainda não visto por nenhum telescópio, está perfeitamente dentro do jogo da dúvida e da certeza. A famosa dúvida cética sobre a existência do mundo exterior estaria, assim, completamente fora desse jogo: “Duvidar da existência do mundo exterior’ não significa, por exemplo, duvidar da existência de um planeta, que observações posteriores provaram existir. (WITTGENSTEIN, 1974)”.

Mas até que ponto respostas para a discussão acerca do ceticismo, na época protagonizada por G. E. Moore e Norman Malcolm, aplicam-se também aos questionamentos do pirronismo antigo, descritos anteriormente? Ora, as diferenças entre o pirronismo antigo e o “desafio cético” da epistemologia contemporânea são tão marcantes que raramente a refutação de um implica na refutação do outro.

Vimos acima que a ideia de “dúvida” não é definidora do cético antigo – ao contrário, é a sua postura permanentemente investigativa que se apresenta como

sua característica fundamental. O critério de ação do cético antigo, o fenômeno (phainómenon), confere-lhe uma figura muito diferente daquela caricatura do cético que duvida de tudo. O ceticismo combatido por Moore e Wittgenstein nos textos em questão é um ceticismo de tipo cartesiano, que Descartes julgou ter refutado, um ceticismo estranho aos textos antigos e deles fundamentalmente diferente.

O alvo de ataques dos cétricos antigos, ao contrário do que ocorre com aquele tipo de ceticismo inaugurado com a Primeira Meditação de Descartes, era a própria crença e não o conhecimento. Enquanto Descartes ensaiou uma dúvida hiperbólica que deveríamos vencer se quiséssemos ter conhecimento real, inaugurando as discussões modernas acerca do ceticismo, a *epokhé* cética pouco se preocupava com tal perspectiva fundacionista. Um dos motivos pelos quais os cétricos podem não ter levantado essas dúvidas hiperbólicas está na mera falta de força de persuasão dessas hipóteses. A equipolência (igualdade de força de persuasão entre os argumentos opostos), que culmina na suspensão do juízo em uma investigação filosófica pirrônica, diz respeito à credibilidade das posições e não às suas meras possibilidades lógicas, de modo que não é impossível supor que um pirrônico poderia concordar com Wittgenstein na sua denúncia linguística da impropriedade das dúvidas cétricas modernas. Assim sendo, cabe notar que as observações de Wittgenstein em “Sobre a certeza” não apenas se dirigem a um alvo diferente do pirronismo antigo, como possuem com ele certas familiaridades.

Há muitos indícios, contudo, de que os cétricos gregos concordariam mais com Wittgenstein do que com os cétricos idealistas contemporâneos. Caso supuséssemos que o pirrônico poderia ser simpático a algumas observações de Wittgenstein em “Sobre a certeza” acerca da invalidade das dúvidas hiperbólicas

do ceticismo contemporâneo, o cético certamente teria que dizer que as observações de Wittgenstein não são dogmáticas, que se tratam, por assim dizer, de uma “descrição fenomênica” acerca de um mau uso da linguagem pelos filósofos. O pirrônico afirmaria, nesse caso, que aquela descrição não pretende ser absolutamente verdadeira. Mas tampouco Wittgenstein pretendeu que suas observações fossem verdadeiras no sentido metafísico, rejeitado por ambas as filosofias. E, certamente, Wittgenstein considera o uso filosófico tradicional um “mau” uso da linguagem. Há, também, outros pontos em comum nos quais o pirronismo poderia concordar com a crítica de Wittgenstein ao ceticismo em consonância com os seus princípios.

Burnyeat mostrou que não havia nenhuma forma de idealismo na filosofia grega, nem sequer no pirronismo antigo, no seu artigo *Idealism and Greek Philosophy: What Descartes Saw and Berkeley Missed*. (Philosophical Review 91), fato que torna a comparação ainda mais difícil, mas ajuda a perceber as enormes diferenças entre os ceticismos antigo e contemporâneo e indica que o ceticismo grego poderia inclusive estar ao lado de Wittgenstein contra qualquer tipo de idealismo, inclusive no caso do assim chamado idealismo cético.

Chegamos aqui à pergunta central da dissertação: como pode o cético exercer a atividade política sem crenças? Em HP I, Sexto afirma: "(...) nós narramos (*apangéllomen*), à maneira de um cronista, o que nos aparece no momento (*tò nûn phainómenon hemîn*).” Se, por um lado, é verdade que o uso do verbo *apangéllō*, nessa passagem, favorece uma certa leitura rústica do pirronismo que se vale do conceito de “avowal” para descrever o discurso cético meramente confessional, por outro lado, Lorenzo Corti apontou para a enorme limitação imposta por tal via interpretativa. Diz o autor que se os atos linguísticos de um cético devem ser interpretados como confissões, então o cético não pode

dizer muita coisa, pois o número de atos linguísticos que podemos compreender como expressões de afecções é extremamente limitado (CORTI, 2009, p. 160).

Corti apresenta uma erudita e criativa defesa da possibilidade do discurso cético e conclui por uma interpretação rústica do ceticismo, definindo o uso cético da linguagem (após argumentar longamente pela tese de que não precisamos de crenças para dominar uma língua) como um “*know how* sem crenças” (CORTI, 2009, p. 249) e terminando com um “otimismo moderado” quanto à possibilidade de um discurso cético (CORTI, 2009, p. 271).

Parece-me, contudo, que uma reconstrução do que seria o discurso de um cético antigo precisaria levar em conta o peso e o alcance da noção de “*phainómenon*” para a filosofia cética, bem como dar conta do que seria um discurso desprovido de crenças.

Penso que o discurso fenomenista do cético antigo dá conta do sentimento de certeza acerca de certas coisas que nos aparecem, podendo se configurar como parte de uma filosofia cética bem mais palatável do que aquela que poderia ser abstraída das hipóteses céticas modernas. Mas entender o que poderia ser uma certeza sem crença é impossível sem o exame do uso cético do discurso. É curiosamente a própria neutralidade epistemológica da noção de *phainómenon*, “aquilo que aparece”, que abre o caminho para uma espécie de noção cética de “certeza”, mesmo no contexto de uma interpretação rústica do ceticismo.

Uma narrativa cética psicológica acerca dos motivos pelos quais certos fenômenos inteligíveis se impõem de maneira análoga à certeza poderia ser construída tendo por base a espécie de signo aceita e endossada pelo cético, o signo rememorativo. Mergulhado na manifestação ininterrupta das coisas que aparecem de maneira imbricada aos sentidos e ao intelecto, o cético sabe do perigo de ser atropelado, dentre outros motivos, também por causa da

experiência de que a colisão entre objetos causa a destruição, e a destruição do corpo causa a morte. Mas os signos que levam o cético a tais inferências sem que ele transcenda o âmbito fenomênico são de uma classe muito específica.

Uma das passagens mais famosas acerca dessa classe de signos, os rememorativos (*hypomnestikà*), é um dos textos mais difíceis, a meu ver, de ser interpretado à luz de uma leitura rústica do pirronismo. Nela, Sexto afirma, curiosamente, que vai direcionar sua investigação e crítica apenas ao signo indicativo, preservando do ataque pirrônico o signo rememorativo: “(...) propomos concentrar toda nossa investigação e aporia não no comemorativo (que normalmente é tomado pelas pessoas comuns como sendo útil) mas no indicativo.” E completa Sexto: “Porque se estivéssemos abolindo os signos estaríamos, talvez, atacando a vida e a humanidade.” (AM VII, 156-7).

De um lado, é justamente por poder ser empregado integralmente no âmbito de um *lógos* fenomênico e da vida prática que o signo rememorativo é adotado pelo cético, como no caso da inferência de que há fogo, da vista de fumaça, ou óleo, da vista de uma faixa de atleta, ou ainda um antigo machucado de uma cicatriz ou a morte de um ferimento no coração (AM VII, 157). Mas fato é que o longo percurso cético em direção a *epokhé* faz da adesão cética à vida uma adesão peculiar, onde as ações do cético podem frequentemente coincidir com as ações dos homens comuns, mas onde também a complexa filosofia pirrônica opera permitindo ao cético a retenção constante do assentimento e da tendência comum de acreditar em realidades. A expectativa que o cético cria sobre eventos futuros, ocorrendo no âmbito fenomênico, é, ao contrário das inclinações dos homens comuns, livre de toda crença e fundamentada numa narrativa filosófica altamente complexa, que elege as coisas que aparecem como critério de ação e explora as relações entre elas. De tal modo que a insistência,

por parte de certos filósofos e contra as dúvidas do ceticismo moderno, de defender nossas certezas mais básicas não é estranha ao pirronismo grego. E, portanto, a confiança, a regularidade e o frequente caráter coletivo das coisas que aparecem, e das que aparecem como signos de outras que aparecem, constituem o que garante ao cético um viver e falar sem crenças, e sua atuação, inclusive política, no mundo dos humanos. A mera capacidade de destruir diferentes teorias segundo as quais crenças seriam necessárias para a ação, ou o fato de que não haveria como demonstrar que possuir crenças é uma condição *sine qua non* da maestria de uma língua, são elementos externos ao ceticismo antigo que abrem caminho para sua reconstrução e atualização, mas não conferem a integridade desejada ao ceticismo de Sexto Empírico.

O escopo e radicalismo do longo percurso cético em direção a uma *epokhé* sobre tudo só pode implicar no abandono posterior das crenças que o cético, como qualquer homem comum, possuía desde o início de sua busca filosófica pela verdade. Além disso, se um filósofo dogmático pode discorrer, do seu ponto de vista, sobre “o que não podemos não saber” para que possamos agir, um cético poderia, paralelamente e eventualmente, afirmar que aparece para ele que não conseguiria agir se não experienciasse vários dos *phainómena* que experiencia, acrescentando que nada mais sabe, nem mesmo aquelas coisas que julgou saber num passado agora superado.

No dia-a-dia, entretanto, o filósofo efético, em radical suspensão do juízo, experimentará fortes expectativas de eventos futuros, tomará um enorme número de atitudes sem hesitação, tem como orientar sua ação física e seus processos decisórios sem mais qualquer necessidade de se fiar na verdade de qualquer tese.

4. A possibilidade de uma atividade política do cético

É de se supor que um cético que vote num plebiscito defenda ideias, mesmo no âmbito político-partidário, em consonância com aquilo que lhe aparece. Sem pretensão a saber a verdade, ele precisa agir no mundo.

Renato Lessa, um dos filósofos brasileiros que se mais se dedicaram a pensar o tema da relação entre ceticismo e política, nos lembra que Hume e Burke, dois filósofos, conciliaram inspiração cética e filosofias liberais. Entre conservadores e liberais, a máxima que encontramos em Sexto Empírico de que os céticos seguem as “leis e costumes do seu país” casou bem com tais tendências. O costume grego, por exemplo, era o de execrar tiranos e Sexto Empírico chega a imaginar um cético enfrentando um tirano e resistindo à tortura, num exemplo no qual um pirrônico antigo poderia morrer no seio de uma ação política em consonância com seus ideais morais e civilizatórios.

Mas há outros paralelos possíveis. Em sua última conferência publicada, o maior filósofo cético brasileiro, Oswaldo Porchat, conta-nos de sua descoberta de que um filósofo cético do Século XIX foi um espião turco infiltrado no Império Austro-Húngaro, e continua: “se um filósofo cético pode ser um espião turco, então um filósofo cético, tendo optado por ser um homem do mal, poderia perfeitamente, em sua vida civil, trabalhar, por exemplo, como chefe brasileiro de uma grande rede de traficantes de drogas”. Para Porchat, a mera prática dialética e filosófica de uma postura cética não garantiria ao ceticismo qualquer garantia de qualidade moral. Desta forma, não seria impossível imaginar um líder político pirrônico que, embora não se julgasse capaz de encontrar verdade alguma, agisse politicamente de forma danosa à sociedade.

De outro lado, a prática da filosofia, não apenas de tendência cética, mas a análise que faz todo praticante dessa disciplina de diferentes argumentos, o contato com a diversidade de opiniões e sistemas de crenças, pode contribuir para uma visão tolerante e pluralista do mundo. Sexto Empírico, não por acaso, dedicou-se a conhecer costumes de diferentes povos e, seguindo Enesidemo, um dos grandes filósofos céticos da Antiguidade, tinha intuito de mostrar que os valores gregos não eram universais, tampouco necessariamente corretos. Tamanho era o interesse cético por olhar para a humanidade como um todo que a obra de Sexto é também fonte para historiadores que se dedicam a entender costumes persas, por exemplo.

No dia a dia corriqueiro de sua prática política, um cético específico pode discordar de outro cético, pois para o primeiro aparece algo como a correta ação e para outro aparece outra coisa. O ceticismo não tem receita para a política e para a vida, antes disso, ele denuncia, desde a antiguidade, aqueles filósofos dogmáticos que pretendem oferecer essa receita (como o Estoicismo e sua suposta “arte de viver”). Também ser cético não é garantia de qualquer correção moral – alguém mal-intencionado pode perfeitamente chegar à conclusão cética, lendo diferentes filósofos, de que não alcançou verdade alguma, e isto não é incompatível com seu mau caráter.

Não apenas nas várias situações em que o posicionamento político se torna inevitável, situações de crise ou de polarização, por exemplo, mas também no decorrer de sua vida em sociedade, o cético necessariamente terá fenômenos inteligíveis sobre questões políticas e morais. Aparecerá para um cético específico que César fez bem em cruzar o Rubicão, ou que Delfim Netto fez mal em assinar o AI-5, ou ainda que tal vereador, nos últimos anos, parece ter contribuído mais com o município do que outro em quem não pretende votar. Ciente do poder do *logos*

de arrebatá-lo tudo, até mesmo aquilo que aparece, o cético sabe que as coisas que lhe aparecem são provisórias, só pode delas falar em nível confessional, mas pode se envolver com elas e ter sentimentos de certeza, eventualmente.

Com efeito, uma questão tradicional que imediatamente se coloca é sobre se haveria um comprometimento cético com o conservadorismo e, por que não, com alguma forma de progressismo: seria um cético conservador ou progressista? À luz do fenomenismo cético sextiano, certas atitudes conservadoras podem, ou não, aparecer como a coisa correta a fazer no momento, assim como a recíproca é verdadeira: para um outro cético ou para o mesmo cético em outro momento, tal ou qual atitude progressista ou até mesmo revolucionária pode aparecer como a coisa certa a fazer.

A América Latina é um continente onde a influência de diferentes formas de marxismo ainda é intensa nas esquerdas. Para um cético no Brasil, caberia, então, a pergunta sobre se um pirrônico radical pode se orientar em sua atividade política pelo marxismo. Como é sabido, a obra de Marx tem duas grandes influências – de um lado a crítica da economia política, disciplina que tem como um dos precursores Adam Smith, de quem Marx faz uma recepção crítica, e o materialismo dialético, que tem enorme influência de Hegel e de outros filósofos remontando até mesmo ao materialismo antigo.

Marx, Freud, Nietzsche, dentre outros, não foram pensadores céticos, embora este último tenha páginas de elogio ao ceticismo. São, dentre outros, filósofos cujas ideias tiveram impacto incomensurável no pensamento mundial. Um cético, por não dar assentimento a qualquer proposição dogmática, seria necessariamente, devido a sua suspensão do juízo, totalmente indiferente à enorme contribuição cultural de filósofos de grande impacto como os mencionados? Penso que não. A cultura como um todo sofre transformações sob

a égide de novas ideias. E certas coisas, como nos ensinou Porchat, aparecem coletivamente aos pirrônicos e mesmo a um grupo de pirrônicos e não pirrônicos.

Enquanto os cétricos, com todo seu arsenal contra o dogmatismo, vão resistir à tentação de hipostasiar certos “fenômenos coletivos”, não é incomum ver, por exemplo, uma pessoa de esquerda afirmar que o Estado defende os interesses da classe dominante, isto é, dos proprietários dos bens sociais de produção. Isso aparece para diferentes pessoas – uma polícia que não soluciona crimes, mas tem enorme capacidade repressiva, por exemplo, pode ser, para um pirrônico, um dos fenômenos inteligíveis que o leva a ter aquele outro fenômeno inteligível de caráter marxista, sem, é claro, o dogmatismo de se adotar uma tese de Marx como verdadeira.

Curiosamente, passando pela Avenida Faria Lima, em São Paulo, podemos ler na placa da estátua do Brigadeiro Faria Lima, que dá nome à avenida, os seguintes dizeres: “Homenagem ao imortal prefeito de São Paulo, Brigadeiro José Vicente de Faria Lima, a gratidão do povo, da imprensa e das classes liberais e produtoras.” A visão de mundo dos homenageadores do Brigadeiro é de um invejável materialismo histórico, já que fazem questão de separar o povo, ou seja, a classe trabalhadora, das “classes produtoras”, isto é, dos proprietários dos bens sociais de produção. Eles têm ainda o requinte de incluir ao lado das “classes produtoras” as “classes liberais”, isto é, a pequena burguesia que, ocupando profissões especializadas e tendo algumas posses, ainda assim não controlam os meios de produção, mas são vinculados às classes mais abastadas, não fazendo parte do proletariado industrial e tampouco do campesinato. Tal a influência do materialismo histórico nos anos 60 que eventualmente até um anticomunista teria uma visão de mundo, em seu

diagnóstico de separar a sociedade em classes, semelhante àquela dos seus párias.

Tais fatos sobre a estrutura social da contemporaneidade são, para o cético, fenômenos inteligíveis, isto é, coisas que aparecem ao intelecto do cético que, ao contrário de sua contraparte dogmática, não os hipostasiam, não julgam ter a apreensão da verdade. Contando apenas com as coisas que aparecem para orientar sua vida, o cético não compartilha da crença na verdade de proposições com qualquer outra pessoa, mas segue aquilo que aparece em coincidência com milhões de outros seres humanos. O cético tem, nesse sentido, uma vida comum, tema caro ao pirronismo e ao neopirronismo.

Nada impede também que apareça ao intelecto de um cético algo que não aparece coletivamente, algo com o qual pouca gente ou ninguém concorda. E nada impede que o cético em questão argumente na sua compreensão daquela coisa que lhe aparece, a descreva e anseie pela experiência coletiva de compartilhar a aparição dessa coisa com outros seres humanos.

Dessa forma, não há receita prevendo o que seria a ação política de um cético. Cada cético experienciará uma enormidade de fenômenos distintos, que poderão leva-lo a uma ação política rotulada de conservadora, eventualmente, e de revolucionária ou progressista, também eventualmente.

E nada impede que o cético aceite um ou outro rótulo, como fez Montaigne com o conservadorismo, se lhe aparecer que seus posicionamentos políticos coincidem, em sua maioria, com este ou aquele grupo político. Narrar o fenômeno de forma confessional é, também, falar sobre si mesmo, explicar-se para o próximo. O exercício linguístico da denotação exige, mesmo que sem pretensões apofânticas, que cometamos generalizações, arbitrariedades e até eventuais

erros – o pirrônico jamais se deixou levar por qualquer crença na possibilidade de uma exatidão das linguagens.

5. A vida intelectual do cético

O tema da atividade política do cético é estimulante por vários motivos. Pouco explorado, polêmico, de difícil abordagem. Há historicamente no Brasil também um certo julgamento velado, de certas áreas, sobre o caráter “despolitizado” de determinadas linhas de investigação e pesquisa. Em um país desigual, com muita miséria, e que viveu um regime militar recente, com seu impacto ímpar sobre a vida intelectual e universitária, é normal que sintamos efeitos da tragédia política de nossas décadas passadas e que haja uma politização ou uma exigência de politização do seio da pesquisa acadêmica.

Nos últimos anos vivenciamos também uma polarização grande do contexto político-partidário no Brasil, que se encaminha para uma eleição entre dois candidatos muito antagônicos e que fazem acusações mútuas graves, de crimes e de faltas morais indesculpáveis. Os valores morais, a ciência e a tecnologia, o poder militar, todos esses são aspectos da vida humana de direta influência na política e, sem necessariamente aderirmos às teses de filósofos dogmáticos de que “tudo é político” ou “tudo é política”, é certo que esse termo, de difícil definição, ocupa um intenso e difuso espectro da vida humana.

Qualquer investigação sobre vida prática do cético e o assim chamado “lado positivo” do ceticismo tem uma enormidade de temas sobre os quais poderia se debruçar: ciência, moral, discurso comum, psicologia etc. A vivência de uma vida política me parece, contudo, um tema urgente dada as intensas discussões que vemos cada dia mais frequentes na vida dos brasileiros, somadas ao fato de que já se cobra, historicamente, dos pesquisadores em epistemologia e história da filosofia, mais politização.

Das várias e interessantes pesquisas que encontramos sobre a relação do ceticismo com a política, não tenho notícia de nenhuma que parta de uma interpretação rústica radical do pirronismo antigo tal qual a aqui exposta. Engatinhando, esse primeiro movimento é o de sondar as dificuldades e oferecer possíveis caminhos para imaginarmos o engajamento político de um pirrônico radical.

Especialmente num contexto brasileiro politizado, talvez a capacidade cética de opor, a qualquer proposição, uma proposição contrária de igual força persuasiva, tenha sua valia. Por mais que tenhamos um lado ou um candidato nessa polarização, é raramente o caso de que, quando um país ou qualquer outra comunidade se divide em grupos rivais, um lado esteja 100% certo em todas as suas afirmações e ações e o outro 100% errado. Penso que a frieza dialética do pirrônico, e neste caso de qualquer cético, rústico ou urbano, possa trazer alguma contribuição para o melhoramento das decisões políticas da comunidade.

Como militar e como estudante de filosofia influenciado pelo ceticismo por mais de uma década, se, de um lado, não me sinto capaz de apreender a verdade de qualquer proposição e a dialética cética me mostrou que é possível suspender o juízo sobre toda e qualquer questão, de outro lado, uma série de coisas sobre a situação política que vivemos no Brasil aparecem para mim.

Algo que me aparece fortemente, para dar um exemplo, é o mau uso do termo “militares” na imprensa. Tendo passado pela Força Aérea Brasileira e pela Marinha do Brasil, e tido bastante contato em diferentes ocasiões com o Exército Brasileiro, tenho bastante experiência com as características das Forças Armadas Brasileiras. Uma das instituições mais diversas do Estado nacional e que promove uma ascensão social para milhões de brasileiros ao longo das décadas, as Forças Armadas são locais onde imperam os limites da lei e dos

regulamentos, bastante apolíticos e profissionais, marcados, curiosamente, por um respeito muito maior às diferenças do que um estereótipo da instituição militar possa fazer crer. Um amálgama de classes sociais, cores, orientações sexuais, gêneros, e, mais importante, opiniões políticas, elas têm, ditada por rígidos regulamentos, um cotidiano apolítico.

A recente eleição de um presidente que passou pelo Exército e trouxe algumas figuras daquela instituição para o seu governo, e a subsequente oposição a esse governo, faz com que muitas vezes se ataque “os militares” em conjunto, emitindo-se juízos políticos e morais sobre toda essa classe. Há tanto homes da reserva e alguns da ativa (porém afastados, conforme prevê a legislação) ocupando cargos de natureza civil em diferentes escalões do Governo Federal.

Tendo sido cadete na Força Aérea e professor dos futuros oficiais da Marinha do Brasil, sempre observei uma invejável liberdade de cátedra e sempre tive total autonomia para expressar o que penso nas salas de aula militares. Convivi com as mais variadas posições políticas oriundas de bocas militares e, mesmo sob rígidos regulamentos que proíbem, sabiamente, as discussões políticas nos quartéis, gozo de centenas de amizades e, no internato e na cátedra, sempre estive em posições privilegiadas para pensar política no ambiente militar. Por isso fico pasmo ao ver juízos generalizantes sobre os militares. No mundo civil e, mais especificamente, no mundo universitário, não são incomuns esses juízos, que não posso senão rejeitar. Mas qual o propósito desse devaneio?

Ao rejeitar inúmeras opiniões que julgo equivocadas, como a que expus acima, estaria comprometido com o aquiescer à verdade de alguma proposição?

Normalmente entender-se-ia que sim, que a recusa de uma opinião é, por necessidade lógica, a expressão de uma opinião contrária ou concorrente.

Mas aí que entra a peculiaridade de um filósofo que, por prática, atingiu uma visão efética do mundo. O pirrônico radical rejeita opiniões sem tê-las! Deparado com uma tese específica, como “os militares são antidemocráticos”, ele sabe que seu interlocutor dogmático acredita na verdade de sua proposição. O cético, por sua vez, suspende o juízo sobre a verdade de qualquer proposição. Poderia aparecer a ele que “os militares são antidemocráticos”? Sim! Um mero fenômeno inteligível que teria o cético, ciente de sua ignorância acerca de sua correspondência ou não na realidade.

Quando deparado com uma tese política contrária ao que lhe aparece, portanto, o cético, ao rejeitá-la, não se compromete com qualquer tese diferente. Ele a rejeita por ela não coincidir com o que lhe aparece no momento, e deste modo é perfeitamente possível, saudável e natural o desacordo entre céticos radicais também, se para um aparecer algo diferente do que para o outro.

Eles se matariam, pegariam em armas, por essas diferenças de experiências intelectuais do mundo? Parece-me improvável, mas não impossível. Se aparecer ao cético, por exemplo, que a manutenção em uma linha de ação política culminará em um desastre com a morte de pessoas, se aparecer fortemente ao cético que a única maneira de impedir a ação adversária que levará, em expectativa semelhante à certeza e dado signos rememorativos, é a violência, penso que ele agirá daquela forma.

Examinador que é de teses, o cético sabe da provisoriedade das opiniões dos homens, da limitação do conhecimento humano, se é que é possível falar nesses termos. Ele tem consciência de que o que lhe aparece agora pode não lhe

aparecer num futuro próximo ou distante, embora em certos casos ele tenha a expectativa da permanência de um ou outro fenômeno.

O radicalismo do ceticismo não se reflete no radicalismo das ações de um filósofo, mas também não o impossibilita.

6. Reflexões gerais sobre pirronismo e política

É natural que a ênfase aqui seja em aspectos da obra de Sexto Empírico que favorecem uma interpretação rústica radical, tal como eu entendo o sentido da filosofia sextiana, e discutir as diferentes interpretações do pirronismo grego foge ao escopo deste trabalho, que se inspira, por exemplo, em passagens bastante eloquentes de Sexto sobre a destruição de cânones e afrontas às crenças comuns e às opiniões. Fato é que, para o pirronismo radical tal como eu o entendo, não é acurado dizer, como se tem dito, que o *phainómenon* é imune à *epokhé*. Ele é o que resta após uma suspensão radical do juízo, mas se transformarmos aquilo que aparece em juízo, ele imediatamente estará sujeito à uma nova suspensão e não há privilégio dele sobre qualquer tese dogmática. Se confrontado, fenômeno sempre pode levar à equipolência.

Em um exemplo um tanto tosco, uma cadeira de balanço aparece para meus sentidos, mas há argumentos também contra a existência dessa cadeira, por exemplo, contra as propriedades dos objetos ou contra a existência do movimento – neste caso, não existe nenhuma primazia no que se refere à verdade ou à existência, do fenômeno, ele é unicamente um critério de ação. É isso que chamo a “eleição” do *phainómenon*, porque não necessariamente o cético teria que agir com base nele, mas é bastante razoável, para não permanecermos inativos. Seria estranho, mas não logicamente impossível, que, para fins especificamente práticos, por exemplo, um cético se fiasse em um dogma, como a existência de átomos invisíveis, pilar das filosofias materialistas antigas, para proceder um experimento científico que estivesse dando certo. Tal cético, bem longe da figura sextiana, não necessariamente estaria abandonando qualquer ceticismo, já que sua adesão à

ideia de átomos e vazio seria provisória e prática, visando a um fim específico. Tal não é o caso do pirronismo sextiano.

Quando se trata da ação política, o tipo de coisa que aparece ao cético é predominantemente de tipo inteligível, isto é, são fenômenos que aparecem ao intelecto e não aos sentidos como uma cadeira de balanço. Sensíveis ou inteligíveis, tais coisas apenas aparecem e o cético, justamente porque completou seu longo percurso em direção a uma filosofia efética, utiliza um termo da filosofia corrente à Antiguidade para frisar que não as hipostasia.

As discussões da epistemologia contemporânea em grande parte têm o ceticismo como centro, mas quando nos deparamos com a figura do cético confrontada com sua vida prática chegamos a um lugar possivelmente frutífero, dada a dificuldade do tema, para a própria compreensão da figura do cético. Quem acompanha há décadas os colóquios, encontros e congressos sobre ceticismo sabe que são raros os momentos onde o debate sai da epistemologia e vai, por assim dizer, para a vida da práxis.

Uma das raras vezes em que o tema da política foi levantado no Projeto Temático sobre ceticismo, ao qual fui vinculado na maior parte da minha graduação, lembro-me bem, foi numa discussão entre os professores Oswaldo Porchat Pereira, Plínio Junqueira Smith e Roberto Bolzani Filho. Bolzani dizia que é impossível um cético ser nazista, pois certos princípios estariam para além de uma discussão filosófica, ao que Porchat curiosamente se opunha, dizendo que é possível sim que ele seja nazista. E para mim, um jovem judeu, no primeiro ou segundo ano de Filosofia, essas reflexões sempre estiveram no meu horizonte.

Deixemos de lado o caso extremo do nazismo. A meu ver, o cético pode se vincular a um movimento político cujo as raízes estão em opiniões de pensadores dogmáticos, que obviamente defendem uma visão de mundo, uma visão da história e assim por diante. Como é que ele faria isso? Como se associaria na vida comum a um grupo marxista, por exemplo, se ele alega viver uma vida sem opiniões? A observância de leis e costumes estariam, a meu ver, em uma relação mais elementar do cético com as coisas que lhe aparecem. Se há um fenômeno inteligível que leve o cético ao abandono de algum costume ou ao descumprimento de alguma lei, ele pode abandonar tal observância. O que ele não tem, ao contrário do que podem ter tido na Antiguidade, por exemplo, estoicos ou hedonistas, é uma doutrina filosófica que o leve a um descumprimento contumaz de leis ou de costumes.

Não é necessária uma conversão aos vários dogmas do marxismo ortodoxo para reconhecer que Marx tem uma contribuição de análise da sociedade, um raio-x preciso e fenomênico da sua divisão em classes com interesses conflitantes. O que o cético pode fazer com esse tipo de informação? Obviamente que ele não vai fazer juízo metafísico sobre a natureza da história ou o seu motor, sobre qualquer materialismo, mas certas descrições da sociedade que faz um filósofo como Marx podem ser utilizadas nesse âmbito fenomênico para o cético pirrônico radical se posicionar politicamente.

A polarização política é um fenômeno comum em diferentes países e tem se agravado no Brasil e em determinados dilemas não há como um cético não se posicionar. A vacina contra a COVID-19 deve ser obrigatória? Já que Sexto Empírico insiste em dizer que não existe inclinação na crença cética, cabe perguntar o que seria esse envolvimento político sem inclinação.

Colocamos aí o “dedo na ferida”, ao meu ver. É possível imaginar um ceticismo radical, isto é, desprovido de crenças e afins, mas, tendo que viver em sociedade, sem cair obviamente no estereótipo de um cético como um animal meramente reativo a impressões ou ainda incapaz de agir? Não há inclinação em se ter um fenômeno inteligível pelo simples fato que o longo percurso cético criou neste filósofo a expectativa de que argumentos podem arrebatá-lo esse fenômeno, o poder do *logos* de se chegar à equipolência sobre qualquer assunto quando se trata de saber a verdade sobre um assunto não deve ser subestimada. Isso não tira o fato de que muitas coisas aparecem para nós agora, eventualmente de maneira forte e frequentemente de maneira complexa para o nosso intelecto.

Frede achou que Heron, o autor do tratado de artilharia, era um cético urbano, isto é, reservava seu ceticismo às questões filosóficas e não suspendia o juízo sobre proposições como “o melhor ângulo para se lançar um projétil é o de 45°”. Pode ser, entretanto, que Heron tenha sido um filósofo cético radical, que suspendia o juízo sobre toda e qualquer proposição. Aparece ao artilheiro que 45° é o melhor ângulo para o lançamento de um projétil, mas talvez nem haja ângulos, ou lançamento, já que há argumentos convincentes contra a existência do espaço e do tempo. Se formos parte de uma mesma mônada, ou de um Ser único ao gosto eleata, certamente não há movimento, mas no âmbito fenomênico 45° continua sendo o mais eficaz ângulo para o lançamento de um projétil, ou o político X ou Y parece ter trazido em sua gestão o melhor desempenho para a sua jurisdição.

Quem sabe esse militar do século XI era um cara que, extremamente aflito e, em busca de imperturbabilidade da alma, tocado pelas reflexões filosóficas, continuava achando que não haveria a verdade sobre a artilharia, as proposições do seu tratado de artilharia não teriam pretensão alguma à verdade, poderiam ser

abandonadas, mas eram ali a narrativa do fenômeno e representavam uma regularidade que permitia a ação futura sistemática.

Um cientista militar, hoje, porque não, fazendo essa analogia, um cientista político talvez, seguindo uma técnica efetiva e ainda assim suspendendo o juízo não apenas sobre metafísicas, mas também sobre as suas próprias proposições, sem nenhuma pretensão à verdade, sem sequer inclinação, apenas a eleição do fenômeno, já que aquilo que aparece, mostra, é efetivo. Essa seria a figura do pirrônico radical, há nele sim um deslocamento de si mesmo, um “detachment of onself” que o Burnyeat julgava inviabilizar a vida, mas não deu nenhum argumento nesse sentido. Por que eu não posso colocar tudo aquilo que aparece para mim em cheque no que se refere à sua verdade? Não há qualquer contradição lógica ou performativa nisso.

Eu não acho que seria tão impossível o sujeito, se ele não tem crença, ele não tem apego as “crenças”, ele tem ali o fenômeno, que não são propriamente crenças, e todo ele pode ser abandonado. Porchat sempre enfatizava a ideia de uma expectativa de que tal coisa vai acontecer, por exemplo, a própria equipolência que leva à *epokhé*, uma excelente defesa psicológica contra a acusação de que o cético teria qualquer tipo de doutrina dogmática ou qualquer “crença” no ceticismo.

Parte do perigo na interpretação do pirronismo radical é entender o cético como um anti-metafísico. Ele não é um positivista, não acha que a metafísica careça de sentido ou sequer um kantiano, não acha que a metafísica leva a aporias infundáveis, tudo isso são opiniões dogmáticas. Em verdade, o cético não existiria sem a metafísica, sem a ontologia. A *epokhé* não evita toda e qualquer tese metafísica, mas sem várias teses metafísicas e ontológicas não se tem uma *epokhé* sobre tudo. Podem ser aspectos decepcionantes do ceticismo para aqueles que

querem aproximá-lo de filosofias contemporâneas, mas o pirrônico radical tal como eu o imagino leva em conta a possibilidade da inexistência do movimento mesmo no que diz respeito ao cálculo da trajetória de um projétil. Tal possibilidade não mudará o cálculo, mas o distanciará de qualquer crença na verdade de sua conclusão.

Obviamente também que a formação de uma pessoa no seio de uma cultura ou de um grupo social tem peso incomensurável na ação sem crenças dessa pessoa, mesmo depois de ela, eventualmente, tornar-se um filósofo cético. Tenho o costume militar de nunca me atrasar para nenhum compromisso, talvez por ter sido punido com quatro dias de detenção por não ter chegado, uma vez, como cadete, cinco minutos antes a uma aula.

A diversidade de ação política de cético para cético tem a possibilidade de ser tão grande quanto aquela de dogmático para dogmático. Por que algo aparece a um e não aparece a outro? Difícil saber. Mas quem tem a pretensão de saber são os dogmáticos.

7. Encaminhando uma conclusão

O ceticismo radical que encontro em Sexto Empírico tem uma curiosa relação com aquilo que aparece e tal relação é a chave para indicar as condições de possibilidade da prática política de um pirrônico deste tipo. O fenômeno é o escolhido como critério de ação, mas, para além de um critério de ação, ele integra as controvérsias que reiteram repetidamente a suspensão do juízo. Se não há, como no caso dos não-céticos, *epokhé*, isso significa que eles terão um óbvio critério de ação: a verdade. Se é verdade que o político X é melhor para a comunidade e para o eleitor do que o político Y, esse eleitor tem o melhor critério possível para votar em X.

Quando o poder do discurso passa a mostrar para o cético que os mais intensos fenômenos inteligíveis, aqueles que aparecem com força e regularidade, podem tanto representar a realidade quanto podem ser totalmente diferentes da verdade, sendo totalmente falsos, o cético percebe que não tem apreensão alguma da verdade. Os discursos dogmáticos continuam, entretanto, sendo interessantes fontes para a prática cética não apenas de resistência a outros discursos dogmáticos, como também à tentação de acreditar naquilo que aparece. Imune também com relação a esta crença, o cético elege o que lhe aparece como critério de ação. Se a Filosofia da Nova Academia escolheu *tó pítanón*, ou o que é persuasivo, como critério de ação, isso já é impossível para o pirrônico porque ele sempre tem a expectativa de poder argumentar contra qualquer tese persuasiva de maneira a chegar à suspensão do juízo e perder qualquer experiência mesma de persuasão que possa aparecer se lidamos com teses e opiniões de maneira precipitada.

Outras interpretações do ceticismo pirrônico poderiam oferecer e têm oferecido soluções eventualmente menos estranhas para explicar as opções céticas na vida prática. Mas o ceticismo radical, tal como eu o enxergo, é uma filosofia peculiar. Se estivesse permitido ao cético alguma forma de crença mitigada, algum falibilismo ou ainda se a *epohké* for restrita apenas à assuntos ontológicos ou epistemológicos, ficaria fácil para esse cético se posicionar politicamente em sua vida cotidiana.

Penso que não é esse o ceticismo de Sexto, como tenho argumentado nesse e em outros trabalhos anteriores, e penso também que o ceticismo radical que julgo encontrar em Sexto é mais coerente e mais interessante do que outras correntes ou interpretações do pirronismo.

Se o ceticismo não compromete a figura do cético necessariamente com qualquer posicionamento político, também não proibindo-lhe logicamente nem mesmo as mais radicais, caberia perguntar se teria o cético radical mais ou menos chance do que o cético urbano de flertar, em sua ação política, com os extremos de esquerda e de direita. É claro que, por profissão de fé, o cético tem o hábito e, em certo sentido, o dever, de argumentar contra e a favor acerca de qualquer tese, política ou não, com a qual se depare, e movimentos políticos muito ligados a inúmeras teses dogmáticas absurdas e que não sobrevivem ao exame intelectual dificilmente coincidiriam, em sua ação política, com as coisas que aparecem para um pirrônico e orientam sua atividade.

Deste modo, nenhum ceticismo parece cair bem, na esfera prática da vivência de seu adepto, com qualquer atividade política vinculada a espectros políticos muito anti-dialéticos. Mas, no caso do ceticismo radical, que atinge todos os aspectos da vida prática do filósofo e impacta seu discurso em sua totalidade e não de maneira insulada, parece-me que os motivos pelos quais esse cético tem

pouquíssimas chances de virar nazista são um pouco diferentes dos daquele. Isto porque o cético urbano, como pessoa culta e exercendo a atividade dialética dos estudos de filosofia, similarmente a outros filósofos e exposto às controvérsias, dificilmente se filiaria a um partido nazista. Mas sabemos de filósofos, ainda que dogmáticos, que o fizeram, e não é impossível imaginar um cético urbano que insulasse suas reflexões em ontologia e metafísica da sua vida cotidiana e do seu engajamento político, como aparentemente parece ter feito o dogmático Heidegger. Já o pirrônico radical não tem esse privilégio, ele não vê como manter qualquer demarcação de escopo para sua *epokhé* e perde o controle da sua própria atividade antinômica, suspendendo o juízo sobre tudo.

Trabalhar a relação entre ceticismo e política não é algo fácil, ainda mais quando se trata de examinar as condições de possibilidade da ação política de uma figura cética radical tal como eu a descrevi. Não pude mais do que ensaiar algumas soluções para entender as condições em que tal figura vai lidar com a inevitabilidade de sua vida politizada, um dos vários aspectos da vida prática do pirrônico sobre a qual tem crescido enormemente, nos últimos anos, o interesse dos especialistas. Ensaio um pontapé inicial para imaginar o que teria de ser, para um pirronismo sextiano de vertente bastante “rústica”, espero ter iniciado em uma investigação frutífera, que pretenderá examinar mais a fundo tanto as condições de possibilidade da atividade política pirrônica como outros aspectos da prática cética. Mas só o tempo e o confronto de ideias dirá se o presente caminho é viável.

8. Referências Bibliográficas e Bibliografia

- BARNES, J. The Beliefs of a Pyrrhonist. *Proceedings of the Cambridge Philological Society*, Cambridge, v. 208 (New Series 28), p. 1-29, 1982.
- BURNYEAT, M. Can the skeptic live his skepticism?. In: _____. *The Skeptical Tradition*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1983. p. 117-148.
- BURNYEAT, M. The sceptic in his place and time. In: RORTY, R.; SCHNEEWIND, J.
- FOGELIN, R. J. The Sceptics Are Coming! The Sceptics Are Coming! In: SINNOTT-ARMSTRONG, W. (Ed.). *Pyrrhonian Skepticism*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 161-173.
- FREDE, M. *Essays in Ancient Philosophy*. Oxford: Oxford Clarendon Press, 1987.
- LESSA, Renato. Invenção ou Adaptação?. *Ideias à esquerda*, Lisboa, v. 1, 27 mar. 2003.
- _____. A política é (pode ser) uma ciência?. *Ciência Hoje*, v. 51, p. 80, 2012.
- _____. Democracia e Crise. *Ciência Hoje*, v. 51, p. 80, 2012.
- _____. Ceticismo e Liberalismo: Reflexões Sobre Uma Possível Afinidade Eletiva. *REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLITICA*, v. 3, 1995.
- _____. Veneno Pirrônico: Ceticismo, Desconstrução Filosófica e Imagem do Mundo Social. *ARCHE*, v. 5, p. 37-60, 1993.
- _____. *Agonia, Aposta e Ceticismo: ensaios de filosofia política*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003. v. 1.
- _____. *Filosofia Política, Crenças e Ceticismo*. In: Fernando Gil; João de Pina Cabral; Pierre Livet. (Org.). *O Processo da Crença*. 1ed. Lisboa: Gradiva, 2004.
- MARCONDES, D. Juízo, suspensão do juízo e filosofia cética. *Sképsis*, Guarulhos, n. 1, p. 69-82, 2007. Disponível em: http://www.revista-skepsis.com/pdf/69_01.pdf. Acesso em 20 jan. 2009.

_____. Rústicos X Urbanos: O Problema do Insulamento e a Possibilidade de uma

Filosofia Cética. O que nos faz pensar, Rio de Janeiro, n. 24. p. 135-149, 2008. MOURA, M. C. B. Marx e o Ceticismo. In: Waldomiro José da Silva Filho; Plínio Junqueira Smith. (Org.). Ensaio sobre Ceticismo. São Paulo: Alameda, 2007, v., p. 173-194.

Normas para teses e dissertações [Internet]. 3a ed. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, Biblioteca Antônio Rubino de Azevedo, Coordenação de Cursos; 2021. Disponível em: <https://www.bibliotecacsp.sites.unifesp.br/servicos/normas-teses-dissertacoes>.

Acesso em 27 fev. 2022.

POPKIN, R. História do ceticismo de Erasmo a Spinoza. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 2000.

PORCHAT PEREIRA, O. Rumo ao Ceticismo. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PORCHAT PEREIRA, O. A noção de *phainómenon* em Sexto Empírico. *Analytica*, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p. 291-323, 2013.

SCHVARTZ, V. H. Porchat, sua interpretação de Sexto, e um possível neopirronismo rústico. In: SILVA FILHO, Waldomiro J.; SMITH, Plínio Junqueira (Org.). Oswaldo Porchat: Interpretações e debate. São Paulo: Alameda Editorial, 2015. p. 181-204.

SEXTO EMPÍRICO. Sextus Empiricus in four volumes (v.1: Outlines of pyrrhonism; v. 2-4: Adversus Mathematicos VI-XI). Loeb Classical Library. Cambridge/Massachusetts/ London: Harvard University Press, 1976.

_____. Outlines of Scepticism. Translated by Julia Annas and Jonathan Barnes. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. Against the Ethicists (Adversus Mathematicos XI). Translation, Commentary and Introduction by Richard Bett. Oxford: Clarendon Press, 1997.

SMITH, P. J. —Ceticismo dogmático e dogmatismo sem dogmas. *Integração*, n. 45, 2006, p. 171-185.

SMITH, P. J.; SILVA FILHO, W. J. (Org.) Ensaio sobre o ceticismo. 1. ed. São Paulo:

Alameda editorial, 2007. v. 1. 295p.

SMITH, P. J. Ceticismo, filosofia e visão comum. In: Smith, Plínio J. (Org.) O neopirronismo de Oswaldo Porchat: interpretações e debate. 1ed.São Paulo: Alameda Editorial, 2015, v. 1, p. 125-158.

SMITH, P. J. Sobre a tranquilidade da alma e a moderação das afecções. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. XXXV, n.93, p. 22-56, 1996.

SMITH, P. J. Ceticismo político, crenças e vida comum. *Phronesis* (PUCCAMP), Campinas, v. 7, p. 135-153, 2005.

WONG, W. The problem of insulation. *Philosophy*, Cambridge, vol. 77, n. 301, p. 349-373, 2002. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3752210>.